



*Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E  
SEGURANÇA, NAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL  
ESCOLAR DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES EM PONTA DELGADA E ANGRA DO HEROÍSMO

**CADERNO DE ENCARGOS**



## *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

### *Cláusula 1.ª*

#### Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do concurso público internacional para a aquisição de serviços de vigilância e segurança, nas Residências Universitárias dos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

### *Cláusula 2.ª*

#### Duração do contrato

- 1 - O contrato tem a duração de 1 ano, a contar do dia seguinte à data da sua celebração.
- 2 - O contrato é automaticamente prorrogável por períodos de 1 ano, até ao limite máximo de 3 anos, se nenhuma das partes o denunciar, através de carta registada, com pelo menos 60 dias de antecedência, relativamente ao termo do prazo inicial ou do termo da prorrogação em curso.

### *Cláusula 3.ª*

#### Preço base

- 1 - O preço base para o prazo de vigência máximo do contrato (3 anos) é de € 382.464,00 (trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e quatro euros), valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 2 - São excluídas as propostas cujo valor seja superior ao preço base.

### *Cláusula 4.ª*

#### Condições de pagamento

- 1 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias após a receção da fatura relativa aos serviços prestados no mês anterior, de acordo com o valor mensal apresentado na proposta do adjudicatário.



### *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

2 - As faturas devem ser emitidas em nome dos *Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores*, portador do NIF 672 001 926, com sede na Rua Dr. Vitorino Nemésio, n.º 24 9500-348 Ponta Delgada.

3 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária devendo o adjudicatário indicar os dados necessários para o efeito.

#### *Cláusula 5.ª*

##### Obrigações do adjudicatário

1 - O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) Prestar os serviços de vigilância e segurança, nas duas residências universitárias, mediante a presença, em cada, de um vigilante, nos seguintes períodos:

i) Residência Universitária de Ponta Delgada:

Dias úteis – 16h00-08h00;

Fins-de-semana e feriados – das 00h00-24h00;

ii) Residência Universitária de Angra do Heroísmo:

Dias úteis – 16h00-08h00;

Fins-de-semana e feriados – das 00h00-24h00;

b) Respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, sindicalização, pagamento



### *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

de salários e salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho;

c) Utilizar corretamente as instalações e equipamentos que lhe forem confiados, designadamente o equipamento de videovigilância da propriedade da entidade adjudicante, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e de funcionamento, bem como as regras de segurança aplicáveis;

d) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

e) Indicar, no prazo máximo de 5 dias após a celebração do contrato, o seu interlocutor junto da entidade adjudicante, para tudo o que se relacione com a execução do contrato.

2 - O serviço compreende, em especial, as obrigações indicadas no Anexo I ao presente caderno de encargos.

3 – Nos termos do artigo 285.º do Código do Trabalho, é passível de transmitir-se para o adjudicatário, a posição do empregador nos contratos de trabalho dos trabalhadores do atual prestador de serviços de vigilância e segurança, sendo que os ditos trabalhadores mantêm todos os direitos contratuais e adquiridos, nomeadamente, retribuição, antiguidade, categoria profissional e conteúdo funcional e os benefícios sociais adquiridos, nos termos da legislação nacional em vigor.

4 - A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### *Cláusula 6.ª*

#### **Locais da prestação de serviços**

1 - O serviço será prestado nos locais a seguir identificados:

– Residência Universitária de Ponta Delgada, sita na rua Dr. José Maria Caetano Matos, s/n, freguesia de S. Pedro, 9500-116 Ponta Delgada;



### *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

– Residência Universitária de Angra do Heroísmo, sita na rua do Morrão, n.º 30, freguesia de S. Pedro, 9700-105 Angra do Heroísmo.

#### *Cláusula 7.ª*

##### Sistemas de segurança

Os vários sistemas de segurança, respetivo equipamento e *software*, necessários à execução dos serviços de vigilância indicados nas cláusulas seguintes são propriedade do adjudicatário, os quais deverão ser retirados no final da prestação serviços sem qualquer encargo para a entidade adjudicante.

#### *Cláusula 8.ª*

##### Sistema de controlo de rondas

- 1 - O adjudicatário obriga-se à instalação e à manutenção de um sistema de controlo de rondas, para efeitos de verificação da efetiva e correta realização das mesmas.
- 2 - O serviço de rondas, respetivo número e períodos diurnos e noturnos e, ainda, os equipamentos a afetar à prestação de serviços são os indicados no Anexo II ao presente caderno de encargos.

#### *Cláusula 9.ª*

##### Sistema de controlo de acessos

- 1 - O adjudicatário obriga-se à instalação e à manutenção de um sistema de controlo de acessos, na portaria de cada uma das residências universitárias.
- 2 - O equipamento e o *software* necessário para a gestão do controlo de acessos devem ser instalados pelo adjudicatário, em conformidade com os requisitos indicados no Anexo III ao presente caderno de encargos.



## *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

### *Cláusula 10.<sup>a</sup>*

#### Sistema de vídeo de vigilância

A entidade adjudicante possui, instalado em cada residência universitária, um sistema de vídeo de vigilância, colocado à disponibilidade e responsabilidade do adjudicatário enquanto durar a execução do contrato.

### *Cláusula 11.<sup>a</sup>*

#### Plano de segurança

- 1 - O adjudicatário obriga-se a elaborar um plano de segurança específico para cada um dos edifícios, que permita efetuar uma análise de risco, bem como a definição das normas e procedimentos técnicos a implementar.
- 2 - Os planos de segurança referidos no número anterior devem ser apresentados à entidade adjudicante, para aprovação, no prazo máximo de 15 dias a contar da data de assinatura do contrato.
- 3 - O adjudicatário obriga-se a efetuar todas as alterações que a entidade adjudicante considere necessárias à aprovação dos planos de segurança, nos prazos por aquela estabelecida, que nunca podem ser inferiores a 5 dias.

### *Cláusula 12.<sup>a</sup>*

#### Meios humanos

- 1 - O adjudicatário obriga-se a afetar à execução dos serviços objeto do contrato, o pessoal necessário para garantir o bom funcionamento dos postos de vigilância, cumprindo a totalidade das obrigações constantes do presente caderno de encargos.
- 2 - O pessoal de vigilância afeto aos serviços objeto do contrato deve usar uniforme e cartão profissional apostado visivelmente.
- 3 - O adjudicatário obriga-se a não substituir os funcionários afetos aos serviços objeto do contrato sem a aprovação prévia da entidade adjudicante, salvo por motivos de urgência imperiosa que impossibilitem a referida aprovação em tempo útil, sendo, no entanto, exigida a comunicação imediata da substituição e da respetiva justificação.



## *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

### *Cláusula 13.<sup>a</sup>*

#### Dever de sigilo

- 1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 - O dever de sigilo manter-se-á em vigor até 5 (cinco) anos a contar da cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às entidades em causa.

### *Cláusula 14.<sup>a</sup>*

#### Sanções e resolução sancionatória

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, e sem prejuízo do direito à resolução do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pela falta de comparência do vigilante ou incumprimento de qualquer obrigação de prazo prevista no presente caderno de encargos, até 10% do valor mensal por cada infração ou dia de atraso;
  - b) Pelo incumprimento de qualquer das outras obrigações previstas no presente caderno de encargos, entre € 150,00 a € 3.000,00 por cada infração.



### *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

2 - O valor das sanções pecuniárias é descontado na fatura imediatamente seguinte ao facto que as originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito, não podendo o valor acumulado exceder 20 % do preço contratual.

3 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

4 - A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

#### *Cláusula 15.ª*

##### **Seguros**

1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos que possam advir da execução do contrato.

2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços entregá-la no prazo de 5 dias.

#### *Cláusula 16.ª*

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### *Cláusula 17.ª*

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de acordo em contrário as notificações e comunicações devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede de cada uma das partes contratantes.





### *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

2 - Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.

#### *Cláusula 18.ª*

##### Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### *Cláusula 19.ª*

##### Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos e pela restante legislação aplicável.



## *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

### Anexo I

#### **Serviços de vigilância e segurança**

O prestador de serviços obriga-se a executar as seguintes tarefas:

- Realizar o controlo de acessos às instalações, no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas a áreas restritas ou reservadas;
- Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso à instalações conforme os procedimentos em vigor nos SASE;
- Realização do atendimento telefónico e do encaminhamento das chamadas, quando solicitado;
- Prestação de informações aos utentes e visitantes das instalações e encaminhamento dos mesmos aos locais pretendidos, após autorização dos respetivos visitados;
- Assegurar o controlo do chaveiro, das áreas sob a responsabilidade do serviço;
- Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
- Monitorizar os sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente a deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, CCTV, entre outros;
- Vigiar as instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das instalações;
- Cumprir os regulamentos e outros normativos das instalações;
- Proceder à abertura e fecho de portas das instalações, ativando e desativando sistemas de alarme, caso existam;
- Solicitar a entidades externas qualificadas o apoio necessário para a resolução de problemas que ultrapassem os meios ao dispor;



### *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

- Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- Reportar as ocorrências dos turnos, informando por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- Proceder aos cortes de energia elétrica e gás, conforme as instruções em vigor;
- Inspeccionar regularmente o estado dos equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (em especial extintores, carretéis e bocas de serviço);
- Disponibilizar, a pedido do cliente, vigilantes para a prestação de serviços extra.



## *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

### Anexo II

#### **Serviço de rondas**

O sistema de controlo de rondas às instalações pelo vigilante de serviço deve ser efetuado do seguinte modo:

- Uma ronda às instalações, de hora a hora, no período compreendido entre as 18h00 e 08h00, com especial incidência nas áreas sensíveis e pontos críticos (pontos de controlo);
- Uma ronda detalhada no fim do último turno do dia;
- Envio diário ao adjudicante, por *email*, do relatório de todas as rondas efetuadas.



## *Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores*

### Anexo III

#### **Sistema de controlo de acessos**

O equipamento e o *software* necessários para a gestão do controlo de acessos devem observar os seguintes requisitos:

- *Software* que permita o registo e a consulta do movimento de todas as pessoas que visitam as instalações, identificando a visita, o visitado, o serviço, a hora de entrada e a hora de saída das instalações;
- Fornecimento do equipamento informático adequado ao *software*;
- A entidade adjudicante deverá poder aceder informaticamente ao registo e à consulta dos acessos.